



EDITAL DE CREDENCIAMENTO OSC'S –

CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

Processo Administrativo nº 8076/2025

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA, Estado de SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 45.735.552/0001-86, com sede administrativa na Rua 15 de Novembro, nº 1.400, Artur Nogueira/SP, TORNA PÚBLICO que se encontra aberta nesta unidade, **EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO PARA OSC'S PRESTADORAS DE SERVIÇO DA ASSISTENCIA SOCIAL NO AMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS; PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS; PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES; ACOLHIMENTO PARA IDOSOS/ILPI'S AMBOS OS SEXOS E ACOLHIMENTO SOCIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA.**

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. O presente credenciamento fundamenta-se no art. 79, I, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, regulamentada no âmbito deste município pelo Decreto Municipal nº 119/2022.

3. REFERÊNCIAS

3.1. O Edital de Registro Cadastral e seus anexos estão disponíveis na íntegra para pesquisa no endereço descrito no subitem a seguir, como também na Internet, no sítio eletrônico do Município de Artur Nogueira/SP: www.arturnogueira.sp.gov.br, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.2. Todas as informações sobre o presente procedimento auxiliar poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, situado na Rua 15 de Novembro, nº 1.400, Artur Nogueira/SP, Telefone: (19) 3827-9705;

3.3. Os arquivos contendo a Proposta, Plano de Trabalho/Projetos e a documentação de Habilitação serão recebidos pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira/SP, através do Sistema de Credenciamento da Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil, disponível no link www.licitamaisbrasil.com.br, no período inicial de 18/11/2025 a 17/12/2025, com a avaliação e classificação preliminar da análise das propostas e documentações divulgada em 18/12/2025 e permanecendo o acesso disponível para cadastros reservas até 18/11/2026, prorrogável por igual período a critério da Administração.



Os cadastros reservas serão avaliados no prazo de 5 (cinco) dias úteis pela secretaria competente com a divulgação da nova classificação ou seu indeferimento.

4. DO OBJETO

4.1. O presente Edital destina-se ao **CRENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO PARA OSC'S PRESTADORAS DE SERVIÇO DA ASSISTENCIA SOCIAL NO AMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS; PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS; PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES; ACOLHIMENTO PARA IDOSOS/ILPI'S AMBOS OS SEXOS E ACOLHIMENTO SOCIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA.**

5. DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão participar deste processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

5.2. Fornecedores previamente cadastrados na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil, disponível no site www.licitamaisbrasil.com.br.

6. DOS IMPEDIMENTOS AO CREDENCIAMENTO

6.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do certame os fornecedores que se enquadrarem em quaisquer das situações a seguir:

- a) Que não atendam a todos os requisitos neste edital;
- b) Impedidos de licitar ou contratar com a Prefeitura de Artur Nogueira/SP ou, que tenham sido declarados inidôneos, nos termos do Artigo 156, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) Destituídos ou suspensos do exercício da função.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECUROS

7.1. Em decorrência das decisões relacionadas com o presente credenciamento, nos termos dos artigos 164 e 165 da Lei nº 14.133/2021, é facultada a interposição de:

I. **IMPUGNAÇÃO:** qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até de 03 (três) dias úteis limitados ao último dia útil anterior à data de abertura do certame (17/12/2025), diretamente através do e-mail licitacao@arturnogueira.sp.gov.br,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

II. RECURSO: no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data da intimação do ato ou da lavratura da ata pela Comissão Permanente de Licitação e Julgamento, diretamente através do e-mail licitacao@arturnogueira.sp.gov.br, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) Anulação ou revogação da licitação;
- e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

III. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: O pedido de reconsideração deverá ser apresentado no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente ao ato do qual não caiba recurso hierárquico.

7.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico da Plataforma Licita Mais Brasil, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitados ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

7.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 03 (três) dias úteis a contar da data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção de inversão de fases previstas no § 1º do art. 17, da Lei 14.133/2021, o prazo será contado da data de julgamento;

7.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

7.5. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento;

7.6. As contrarrazões poderão ser propostas pelos interessados no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso;

7.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

7.8. Não caberá mais de um recurso sobre a mesma matéria por parte de um mesmo licitante, bem como não caberá recurso em mesmo grau sobre matéria já decidida;



7.9. Não serão acolhidas as impugnações e/ou recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo interessado.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

8.1. Quanto à apresentação dos documentos:

I. Os documentos da proposta, plano de trabalho/projetos e de habilitação deverão ser apresentados digitalmente, através de campo específico da Plataforma Licita Mais Brasil;

II. Não serão aceitos documentos com rasuras, ilegíveis, bem como fotocopiados por intermédio de papel térmico;

III. Os documentos, inclusive os de qualificação profissional, deverão ser emitidos em favor do interessado (empresa solicitante).

8.2. Quanto à confirmação de certidões via Internet:

I. Quando a certidão for emitida por sistema eletrônico, sua aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou perante o órgão emissor.

8.3. Do prazo de validade dos documentos:

I. É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade;

II. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, ressalvados os documentos com prazos indeterminados previstos em lei;

III. Os interessados deverão estar cientes da legislação que rege os prazos de validade das certidões emitidas pelos respectivos órgãos federais, estaduais e municipais.

8.4. Da Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal:

I. Os interessados deverão obedecer ao que determina a legislação específica do Estado e Município de seu domicílio.

9. DOS DOCUMENTOS

9.1. Os interessados deverão apresentar os documentos conforme Anexo II – Documentos de Habilitação deste Edital.

10. DO CREDENCIAMENTO DA PROPOSTA NA PLATAFORMA

10.1. O fornecedor interessado em participar do credenciamento, deverá se cadastrar na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil, através do link www.licitamaisbrasil.com.br. O fornecedor interessado em participar do credenciamento poderá realizar um Cadastro Simples, de forma totalmente gratuita.



10.2. O arquivo modelo da proposta e a documentação de habilitação deverão ser encaminhados através do botão “Anexar Arquivo da Proposta Assinada” da Plataforma Licita Mais Brasil.

10.2. Caso surjam dúvidas em relação ao cadastro ou utilização da Plataforma Licita Mais Brasil, o fornecedor deverá entrar em contato através dos canais de atendimento disponíveis na página inicial da Plataforma.

11. DO JULGAMENTO DOS INSCRITOS

11.1. Durante a análise da documentação, a Comissão de Licitações poderá convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários, para elucidar possíveis dúvidas verificadas durante o processo de análise e julgamento das inscrições ao Credenciamento;

11.2. Durante a análise da documentação, a Comissão de Licitações exigirá estrita observância de todos os requisitos de pré-qualificação previstos no Edital;

11.3. Concluída a análise, o resultado do julgamento será publicado, através de Ato Público, e a partir desta data, passa a vigorar o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso contra decisão de habilitação ou inabilitação;

11.4. Esgotados os prazos de recurso, o Município publicará a relação do(s) Credenciado(s) decorrente da Avaliação Preliminar, apto(s) a comporem a Lista de Classificados no Credenciamento;

11.5. Aos interessados aptos, o Município expedirá Contrato conforme a ordem de classificação.

11.6. O cadastro para o Credenciamento ficará disponível até **01 de setembro de 2026** e o termo de Contrato pelo período de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, ambos prorrogáveis por igual período a critério da Administração.

11.7. O resultado da avaliação dos inscritos se fará através do Diário Oficial do Município e no Site da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira/SP.

12. DA CLASSIFICAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE CONVOCAÇÃO

12.1. Serão classificados todos os fornecedores que atenderem aos requisitos e condições previstas neste edital. A Comissão de Chamada Pública elaborará a lista dos que serão convocados segundo os critérios constantes no Termo de Referência (Anexo I);

12.2. Uma vez definida a necessidade de prestação de serviço, a Comissão de Credenciamento convocará o credenciado na ordem de classificação, ficando o fornecedor convocado, apto a formalizar o contrato de prestação de serviços com o Município;



12.3. Entre os fornecedores credenciados haverá cadastro reserva para a celebração dos contratos de prestação de serviço, que será estabelecido pelo critério e ordem de classificação;

12.4. Caso o fornecedor convocado esteja irregular ou se recusar a assinar o Contrato, proceder-se-á a convocação do próximo da lista, seguindo a ordem definida.

12.5. Conforme Decreto 054/2025 farão parte da Comissão de Chamada Pública:

I – SIMONE REGINA BENATTI SANTOS – Assistente Social;

II – GLAUCIA APARECIDA DA SILVA SANTOS – Gestora do Cadastro Único;

III – CELIA REGINA BENVENUTO – Coordenadora do CRAS;

13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

13.1. A Contratação será efetivada por meio da assinatura do contrato de prestação de serviço, que conterà, dentre suas cláusulas, as de Obrigações do fornecedor e Obrigações do Contratante, após regular realização de processo administrativo, conforme Minuta de Contrato - ANEXO III, parte integrante deste edital;

13.2. O Contratado deverá assinar o contrato de prestação de serviço no prazo de 5 (cinco) dias, contados da sua convocação, podendo tal prazo ser prorrogado por uma única vez, a critério do Contratante;

13.3. A recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo previsto no subitem anterior, sujeitará o credenciado à penalidade de descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

14. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

14.1. O Credenciamento do fornecedor terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato, prorrogável por igual período;

14.2. O Credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por ato formal e unilateral do CREDENCIANTE, em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021, após comunicado expresso, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam ao CREDENCIADO quaisquer direitos, vantagem e/ou indenização.

15. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. A prestação dos serviços, objeto deste credenciamento deverá ser realizada em local e hora designados pelo Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

15.2. Correrão por conta do Contratado todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como: seguros, vigilância, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As normas disciplinadoras deste credenciamento serão interpretadas em favor da ampliação do número de fornecedores interessados, respeitada a igualdade de oportunidade entre os candidatos, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança do credenciamento;

16.2. É facultada à Comissão de Chamada Credenciamento, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

16.3. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado em se credenciar, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão de seu pedido de credenciamento;

16.4. Das sessões públicas de processamento do credenciamento serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinaladas pela Comissão e pelos candidatos presentes;

16.5. Recusas ou impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata;

16.6. O resultado deste credenciamento e os demais atos pertinentes a ele, sujeitos à publicação, serão divulgadas em um jornal de grande circulação e Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência do município, no seguinte endereço eletrônico www.arturnogueira.sp.gov.br, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.7. Os casos omissos do presente edital serão solucionados pela Comissão, em conformidade com a Lei 14.133/2021 e legislação do direito privado aplicáveis ao caso.

17. DOS ANEXOS

17.1. São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Documentos de Habilitação;

Anexo III – Minuta de Contrato.

Anexo IV – Minuta do Termo de Ciência e Notificação

Artur Nogueira, 17 de novembro de 2025.

Lucas Sia Rissato
Prefeito Municipal

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****TERMO DE REFERÊNCIA – TR**

1. definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação (art. 6º, inciso XXIII, letra a), da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Credenciamento para execução de termo de colaboração para OSC'S prestadoras de serviço da assistência social no âmbito da Proteção Social Básica: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; Proteção Social Especial de Média Complexidade: serviço de proteção especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias; serviço especializado social; Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes; Idosos/ILPI'S e Acolhimento para Pessoas em situação de rua no município de Artur Nogueira.

1.1 Especificações e quantidades

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social atua com famílias e indivíduos em situações de risco e vulnerabilidade social com atendimento através de seis departamentos (CRAS – Nivacir Franco de Oliveira E CRAS – Maria José Ladislau (02 unidades) CREAS, Conselho Tutelar, CADUNICO em complemento a execução dos serviços, atua-se também como serviço em rede. Assim observa-se que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social que possui as funções: a proteção social de assistência social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos cujo objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos.

A Resolução nº109/2009 "Art. 1º Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: I- Serviços de Proteção Social Básica (b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos; II- Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: (b) Serviço Especializado Social; (d) Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idoso e as famílias; III – Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: (a) Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade: - abrigo institucional" - crianças e adolescente, idoso e pessoa em situação de rua;

Descrição dos itens	Unidade	Quantidade
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
SCFV - Prestação de Serviço Fortalecimento de Vínculos (criança e adolescentes, jovens, adultos e idosos).	Vagas	545*
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE		
Prestação de Serviço de Proteção Social Especial Média Complexidade para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias.	Vagas	230
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE		
Prestação de Serviço Especializado de Alta Complexidade - Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	Vagas	10
Prestação de Serviço Especializado de Alta Complexidade- Acolhimento Institucional para Idosos ILPI'S	Vagas	15 08 feminina 07 masculino
Prestação de Serviço Especializado Alta Complexidade - Acolhimento para pessoas em	Vagas	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

situação de rua- MASCULINO		
TOTAL		810

*As vagas poderão ser distribuídas entre várias OSC's para atender as demandas totais do município, devendo ser respeitado as informações do plano de trabalho (faixa etária, capacidade técnica e número de vagas ofertadas).

(X) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022

(X) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas (art. 6º, inciso XXIII, letra b), da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente contratação encontra seu fundamento legal na necessidade inadiável de assegurar a continuidade da oferta dos serviços essenciais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em estrita observância ao que preceitua a Lei nº 8.742/93 (LOAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que definem a Assistência Social como um direito de cidadania e um dever do Estado. A abrangência desta contratação é determinada pela imperativa demanda social que confirma a necessidade de provimento de serviços nos três níveis de proteção.

No nível da Proteção Social Básica, a contratação de serviços de base é uma estratégia essencial para a prevenção e o fortalecimento de vínculos antes que as vulnerabilidades sociais se agravem. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com demanda comprovada para todas as faixas etárias, constitui a ferramenta primordial de intervenção preventiva, garantindo a sociabilidade, o desenvolvimento integral e a convivência dos usuários, o que abrange crianças e adolescentes, promove o desenvolvimento e a convivência para idosos e atua na prevenção do agravamento de vulnerabilidades em geral, incluindo a população em situação de rua.

Em relação à Proteção Social Especial de Média Complexidade, a contratação é vital para realizar a intervenção e o acompanhamento de famílias e indivíduos com direitos ameaçados, cujos vínculos familiares ainda não foram rompidos. O Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias oferece apoio contínuo e acompanhamento psicossocial, visando o fortalecimento da função protetiva para as famílias de crianças e adolescentes, promovendo a autonomia e inclusão social para idosos, e focando ativamente na prevenção do agravamento das violações e no fortalecimento da função protetiva da família, essencial para grupos que demandam maior complexidade de intervenção, como a pessoa em situação de rua ou grave vulnerabilidade.

Por fim, no campo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a contratação se justifica pela urgência em prover o Acolhimento Institucional para indivíduos em situação de grave



violação de direitos, sem referência ou com vínculos familiares rompidos. O Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes é imprescindível para o cumprimento de medidas protetivas, assegurando o direito fundamental à convivência familiar e comunitária. O Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos garante a proteção integral a essa população em risco, abandono ou sem auto-sustento. Por fim, o Serviço de Acolhimento para Adultos (Masculino) é destinado a prover abrigo, apoio e condições para a superação da situação de rua e de outros casos de grave desabrigo, incluindo vulnerabilidade extrema e rompimento de vínculos.

3. descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto (art. 6º, inciso XXIII, letra c), da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004), está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social que possui as funções: a proteção social básica e especial de alta e média complexidade de assistência social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos cujo objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de sua vulnerabilidade, por meio de serviços, benefício e projetos. Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização. O SCVF – Serviço de Convivência e Fortalecimento, de acordo com Resolução nº 109 de 11/11/09 que aprova a Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais, tem por objetivo complementar o trabalho social com famílias desenvolvido pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) realizado nos CRAS prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária, os vínculos de pertencimento e o exercício da cidadania, o protagonismo e autonomia, para tanto utiliza os eixos norteadores: Convivência Social, Participação e Direito de Ser. : Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com



o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social. A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. A Proteção Social Especial de Média Complexidade São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário nos serviços. A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. As situações de risco demandarão intervenções em problemas específicos e, ou, abrangentes. Nesse sentido, é preciso desencadear estratégias de atenção sociofamiliar que visem a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua auto-organização e conquista de autonomia. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. O SUAS define e



organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos: • Matricialidade Sociofamiliar. • Descentralização político-administrativa e Territorialização. • Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil. • Financiamento. • Controle Social. • O desafio da participação popular/cidadão usuário. • A Política de Recursos Humanos. • A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

4. requisitos da contratação (art. 6º, inciso XXIII, letra d), da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Descrição Mínima dos Serviços, Estrutura e Cronograma

O objeto da parceria compreende a execução dos seguintes serviços, em conformidade com a Resolução CNAS nº 109/2009 e as diretrizes do SUAS:

I. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV, na PSB, tem caráter preventivo e proativo, visando o desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo a ocorrência de situações de risco social. O serviço deve ser ofertado em grupos e percursos organizados por ciclo de vida, estimulando a convivência social, a participação, a defesa e afirmação de direitos.

- Estrutura Mínima: A OSC deve dispor de instalações físicas adequadas e seguras, com espaços multifuncionais que possibilitem atividades em grupo e individuais, como salas para oficinas, convivência, e um espaço para acolhida e atendimento individualizado, garantindo a acessibilidade e salubridade em todos os ambientes.
- Cronograma Mínimo: O serviço deve ser ofertado com frequência mínima de uma a duas vezes por semana para cada grupo de usuários, conforme a Tipificação, com o Plano de Trabalho detalhando a carga horária compatível com o desenvolvimento integral dos usuários, especialmente crianças e adolescentes. O serviço deve ser contínuo durante o ano, seguindo um cronograma de atividades pedagógicas e sociais.

II. Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Este serviço se destina a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Requer acompanhamento psicossocial e apoio contínuo, com o objetivo de fortalecer a função protetiva da família, promover a autonomia e a inclusão social, e prevenir o agravamento das violações.

- Estrutura Mínima: Deve haver salas de atendimento individual e familiar, garantindo a privacidade e o sigilo das informações, além de espaços para reuniões e grupos temáticos. A acessibilidade física é um requisito fundamental, dada a especificidade do público-alvo (pessoas com deficiência e idosas).



- Cronograma Mínimo: O atendimento deve ser ofertado em regime de atendimento diário e continuado, com acompanhamento sistemático e monitorado, seguindo um Plano de Individual de Atendimento (PIA) que estipule a frequência de encontros e grupos conforme a necessidade de cada caso, garantindo a intervenção especializada e mais individualizada.

III. Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Acolhimento Institucional)

Estes serviços garantem proteção integral de moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para indivíduos em situação de grave violação de direitos, sem referência ou com vínculos familiares rompidos, necessitando de afastamento do núcleo familiar e/ou comunitário. A execução exige gestão complexa e compartilhada com o Sistema de Garantia de Direitos (Judiciário, Ministério Público).

- Estrutura Mínima (Comum aos Três Serviços de Acolhimento): As unidades devem operar em regime de casa-lar ou abrigo institucional, com padrão de moradia adequado, garantindo espaços de convivência e lazer, e dormitórios que respeitem a privacidade e a faixa etária. A estrutura deve ser compatível com as normas da vigilância sanitária e do Conselho de Direitos específico, assegurando a ambiência acolhedora e o referenciamento institucional.
- Cronograma Mínimo (Comum aos Três Serviços de Acolhimento): Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, idosos (ILPIs), e pessoas em situação de rua devem ser ofertados em regime de 24 (vinte e quatro) horas, de forma ininterrupta (serviço contínuo), todos os dias da semana. O cronograma de atividades técnicas, socioeducativas e de busca ativa de reinserção familiar/comunitária deve ser detalhado no Plano de Trabalho, com acompanhamento de caso individualizado, conforme a legislação e o Plano Individual de Atendimento (PIA).

5. modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento (art. 6º, inciso XXIII, letra e), da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O Modelo de Execução do Objeto visa garantir que a execução dos serviços socioassistenciais pela Organização da Sociedade Civil (OSC) resulte na efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no município, promovendo a proteção social e o desenvolvimento integral dos usuários.

5.1. Condições de Execução e Início da Parceria

A execução dos serviços ocorrerá diretamente na sede das OSCs, no Município de Artur Nogueira, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado e seguindo o cronograma de atividades.

Prazo de Vigência: 12 meses.

Prorrogação: A vigência poderá ser prorrogada até 5 (cinco) anos, de acordo com a conveniência da Municipalidade

Início da Execução: A execução das atividades e o atendimento aos usuários devem iniciar após assinatura do Termo de Colaboração.

5.2. Das Obrigações da Contratada (Organização da Sociedade Civil - OSC)



A OSC, como parceira executora, deverá cumprir integralmente o Plano de Trabalho e as seguintes obrigações:

- Executar o objeto de forma contínua, fiel e integralmente, de acordo com as cláusulas avençadas no Termo de Colaboração, nas normas da Lei n. 14.133/2021 e nos termos da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
- Manter a capacidade técnica e as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da parceria.
- Prover e manter toda a estrutura física, equipamentos, mobiliário e, principalmente, a equipe técnica multidisciplinar em conformidade com o Plano de Trabalho e as normativas do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).
- Garantir a qualidade na prestação dos serviços de Proteção Social Básica, Média e Alta Complexidade, conforme as especificações e o quantitativo de vagas estabelecido neste Termo.
- Apresentar mensalmente relatórios de execução físico-financeira e de Prestação de Contas nos prazos e formatos definidos pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
- Responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial do objeto.

5.3. Das Obrigações da Contratante (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social)

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social deverá:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria, conforme detalhado no Modelo de Gestão do Contrato
- Prestar o apoio e o suporte técnico necessário para a execução do Plano de Trabalho.
- Realizar os pagamentos à OSC de acordo com os critérios de medição e de pagamento e mediante a comprovação da regularidade fiscal e da execução dos serviços.
- Responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, naquilo que lhe compete.

5.4. Manutenção e Assistência Técnica

A responsabilidade pela manutenção da estrutura física e dos equipamentos utilizados na execução dos serviços é da OSC Contratada. A Secretaria Municipal atuará na assistência técnica por meio de sua equipe de referência e fiscalização, oferecendo apoio e orientação para a qualificação contínua dos serviços ofertados, visando sempre a melhoria do atendimento aos usuários.

6. modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade (art. 6º, inciso XXIII, letra f), da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O modelo de gestão e fiscalização da parceria será rigoroso e transparente, visando garantir a fiel e integral execução do objeto em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas da Lei Federal nº 14.133/2021. Cada parte será responsabilizada pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1. Designação e Funções da Fiscalização

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social designará como Gestor técnico/administrativo a sra. Simone Regina Benatti Santos cujas funções incluirão:

Acompanhamento da Execução: Realizar o monitoramento contínuo dos serviços ofertados, verificando a compatibilidade entre o Plano de Trabalho aprovado e a execução dos serviços;



Aferição da Qualidade: Avaliar a qualidade dos serviços prestados, assegurando que o atendimento esteja em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Registro e Notificação: Registrar todas as ocorrências relacionadas à execução e determinar as medidas corretivas necessárias, notificando formalmente a Organização da Sociedade Civil (OSC) parceira sobre quaisquer falhas ou irregularidades identificadas.

6.2. Mecanismos de Acompanhamento e Controle

O acompanhamento da execução dos serviços será realizado mediante os seguintes instrumentos:

Visitas Técnicas: Realização de visitas periódicas e in loco nas sedes das OSCs para verificar as condições de funcionamento, a adequação da estrutura física e a qualidade do atendimento prestado, especialmente nos serviços de Acolhimento Institucional (Alta Complexidade).

Análise de Relatórios: A OSC deverá apresentar Relatórios de Execução Físico-Financeira mensais, contendo dados quantitativos de atendimento e descritivos das atividades realizadas, confrontando-os com as metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

Avaliação de Indicadores: Serão monitorados indicadores de desempenho conforme a natureza específica de cada serviço.

7. critérios de medição e de pagamento (art. 6º, inciso XXIII, letra g), da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Recebimento do Objeto (Medição): A medição será realizada por meio da análise dos Relatórios de atividades mensais apresentados presencialmente junto a documentação de prestação de contas do mês imediatamente anterior e das Visitas Técnicas realizadas pela fiscalização.

Liquidação: Mensal, desde que não haja apontamentos contra a execução integral e satisfatória dos serviços de acordo com o Plano de Trabalho e a comprovação da regularidade fiscal da OSC.

Prazo para Pagamento: até o 5º dia útil do mês subsequente ao relatório de atividades.

Forma de pagamento: Crédito em conta corrente específica indicada da Organização da Sociedade Civil (OSC) no plano de trabalho.

8. forma e critérios de seleção do fornecedor (art. 6º, inciso XXIII, letra h), da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os requisitos para a celebração da parceria por **Termo de Colaboração por Credenciamento** são estabelecidos para salvaguardar a legalidade, a moralidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, conforme os pilares do **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)**. A documentação listada a seguir se destina a comprovar a capacidade da Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a fiel e integral execução dos serviços essenciais do SUAS nos seguintes requisitos: Habilitação jurídica, Habilitação fiscal, social e trabalhista, Qualificação econômico-financeira, Habilitação técnica e Capacidade Operacional.



EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação e qualificação da parceria, a OSC proponente deverá apresentar os seguintes documentos, com a respectiva justificativa de sua obrigatoriedade:

A. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. Estatuto Social: Cópia do Estatuto Social e suas alterações, registrado em cartório, demonstrando expressamente objetivos voltados à promoção de atividades de relevância pública e social e o caráter não lucrativo da entidade.
2. Ata de Eleição e Posse: Cópia da Ata de eleição e posse da diretoria atual, devidamente registrada, acompanhada da relação nominal dos dirigentes.
3. Documentos de Identificação do Dirigente: Cópia da Cédula de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do dirigente legal da OSC.
4. Declaração de Impedimentos do Dirigente (Art. 39, Lei nº 13.019/2014): Declaração do representante legal, sob pena da lei, de que a OSC não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas no Art. 39 da Lei federal nº 13.019/2014.
5. Relação Nominal dos dirigentes com endereço, RG com órgão expedidor, e CPF.
6. Declaração informando que nenhum dirigente é membro do Poder ou Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

B. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
3. Prova de regularidade (CND ou CPEN) junto à FAZENDA FEDERAL, em conjunto com os encargos sociais (INSS) dentro do prazo de validade.
4. Prova de Regularidade (CND ou CPEN) ESTADUAL, débitos inscritos em dívida ativa, relativa à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados; e,
5. Prova de regularidade (CND ou CPEN) para com a FAZENDA MUNICIPAL, relativos a Tributos Mobiliários, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede do licitante.



6. Prova de situação regular da empresa licitante perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF do FGTS).
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa
8. Declaração de Não Emprego de Menor: Declaração de que a OSC não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

C. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. Declaração de Não Débitos Municipais: Declaração formal de que a OSC não possui débitos em atraso junto à Administração Pública Municipal.
2. Certidão CADIN Estadual: Certidão que comprove a ausência de pendências no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades sociais (CADIN Estadual).

D. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL

1. Inscrição Ativa nos Conselhos: Comprovação obrigatória de Inscrição ativa nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e demais conselho pertinentes ao serviço pleiteado.
2. Comprovação de Experiência Prévia: A OSC deve possuir experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, sendo aceitos para essa finalidade, um dos seguintes documentos:
 - a. Instrumento de parceria e relatório de cumprimento do objeto para a execução do serviço socioassistencial pleiteado ou serviço de natureza semelhante, anteriormente firmado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
 - b. Instrumento de parceria e relatório de cumprimento do objeto firmado com outros órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras Organizações da Sociedade Civil.
3. Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS: Conforme Resolução CNAS Nº 21, de 24 de novembro de 2016. Emitido em <https://aplicacoes.mds.gov.br/cneas/publico/xhtml/consultapublica/pesquisar.jsf>

E. PLANO DE TRABALHO (Anexo I)



1. Proposta de Plano de Trabalho: Apresentação da Proposta de Plano de Trabalho detalhada, que atenda aos requisitos do Termo de Referência e deve incluir:

- As metas, os indicadores de desempenho e o cronograma de execução.
- A memória de cálculo do custo.
- A comprovação da disponibilidade das instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados para a execução do(s) serviço(s) pleiteado(s), em conformidade com as normas da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n. 109/2009) e passíveis de vistoria *in loco*.

F. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO TÉCNICA

Critério de Avaliação	Documento de Referência	Pontuação Máxima
I. Experiência Prévia Específica	Qualificação Técnica (item D): Comprovação de execução de objeto idêntico ao pleiteado no SUAS ou similar, nos últimos 5 anos.	40 pontos
II. Qualidade e Detalhamento do Plano de Trabalho	Plano de Trabalho (item E): Clareza, coerência e detalhamento das metas, indicadores de desempenho, recursos humanos (equipe técnica multidisciplinar) e descrição das atividades.	30 pontos
III. Capacidade Operacional e Estrutural Adicional	Qualificação Técnica (item D) e Plano de Trabalho (item E): Comprovação de estrutura física, equipamentos e recursos humanos que superem o mínimo exigido na Tipificação Nacional (Resolução CNAS n. 109/2009) e no item 4 do TR.	30 pontos
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		100 pontos

1. Detalhamento da Pontuação por Critério

a) Experiência Prévia Específica (Máximo 40 pontos):

- 20 pontos por Instrumento de Parceria (Termo de Fomento/Colaboração/Contrato) anterior idêntico e concluído com êxito (com relatório de cumprimento de objeto aprovado) junto a órgãos da Administração Pública de qualquer esfera ou organismos internacionais. Limite de 2 instrumentos (máximo 40 pontos).
- Não serão aceitos instrumentos com objeto apenas "semelhante" para esta pontuação, pois estes já são o requisito mínimo de habilitação.



- Critério de Desempate: Na hipótese de empate na pontuação, será priorizada a OSC com o maior número de vagas atendidas no serviço pleiteado ou similar nos últimos 5 anos.

b) Qualidade e Detalhamento do Plano de Trabalho (Máximo 30 pontos):

- 0-10 pontos: Para a coerência e clareza das Metas e Indicadores (Qualitativos e Quantitativos), conforme o Item 4.1.7 do Anexo I.
- 0-10 pontos: Para a adequação da Equipe Técnica (Qualificação e Carga Horária) e detalhamento das funções por serviço, conforme o Item 4.1.8 do Anexo I.
- 0-10 pontos: Para o detalhamento e a pertinência das Atividades Desenvolvidas (Metodologia de intervenção) em relação ao público-alvo e aos objetivos específicos (Item 4.1.6 do Anexo I).

c) Capacidade Operacional e Estrutural Adicional (Máximo 30 pontos):

- 0-30 pontos: Para a comprovação de itens de infraestrutura (salas, equipamentos) e/ou de recursos humanos que claramente ultrapassem o exigido no Termo de Referência e que sejam considerados um diferencial para a melhoria do serviço.

2. Prazo para análise da Comissão: 10 dias corridos.

9. estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado (art. 6º, inciso XXIII, letra i), da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Valor total estimado: R\$ **2.301.209,64** (dois milhões, trezentos e um mil, duzentos e nove reais e sessenta e quatro centavos)

Descrição dos itens	Fichas	Quant. De Vagas	VALOR 12 MESES
SCFV - Prestação de Serviço de Proteção Social Básica - Fortalecimento de Vínculos para criança e adolescentes, jovens, adultos e idosos.	382	545*	R\$ 623.585,76
Prestação de Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade - para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	366 383 766	230	R\$453.463,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

Prestação de Serviço Especializado de Alta Complexidade - Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	369 383	10	R\$474.000,00
Prestação de Serviço Especializado de Alta Complexidade - Acolhimento Institucional para Idosos – ILPI’S	358 383 766	15 08 femininos 07 masculino	R\$666.751,56
Prestação de Serviço Especializado de Alta Complexidade - Acolhimento Social- para pessoas em situação de rua - MASCULINO	382	10	R\$83.409,12
		TOTAL GLOBAL	R\$2.301.209,64

Não se aplica, a apresentação de orçamento pois se trata de repasse para termo de colaboração junto a prestadora de serviço.

10. adequação orçamentária (art. 6º, inciso XXIII, letra j), da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Órgão: 7 Secretaria de Assistência	Unidade: 1 Promoção Social
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – SERVIÇO DO CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
Dotação Orçamentária: 382 07.01.08.244.0014.2.082.335039.01.5100000	
Subelemento de despesa: 01 - Termo de Colaboração	
Aplicação: 5100000	
Fonte: 1 TESOURO	
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMILIAS	
Dotação Orçamentária: 366 07.01.08.242.0014.2.082.335039.01.5100000	
Subelemento de despesa: 01 - Termo de Colaboração	
Aplicação: 5100000	
Fonte: 1 TESOURO	
Dotação Orçamentária: 383 07.01.08.244.0014.2.082.335039.05.5000014	
Subelemento de despesa: 01	
Fonte: 5 RECURSO FEDERAL	
Dotação Orçamentária: 766 07.01.08.244.0014.2.089.335039.02.5000102	
Subelemento de despesa: 01 - Termo de Colaboração	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

Aplicação: 5000102
Fonte: 2 RECURSO ESTADUAL
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – CRIANÇA E ADOLESCENTE
Dotação Orçamentária: 369 07.01.08.243.0014.2.082.335039.01.5100000
Subelemento de despesa: 01 - Termo de Colaboração
Aplicação: 5100000
Fonte: 1 TESOIRO
Dotação Orçamentária: 383 07.01.08.244.0014.2.082.335039.05.5000014
Subelemento de despesa: 01 - Termo de Colaboração
Aplicação: 5000014
Fonte: 5 RECURSO FEDERAL
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – IDOSO (AMBOS OS SEXOS)
Dotação Orçamentária: 358 07.01.08.241.0014.2.082.335039.01.5100000
Subelemento de despesa: 01 - Termo de Colaboração
Aplicação: 5100000
Fonte: 1 TESOIRO
Dotação Orçamentária: 383 07.01.08.244.0014.2.082.335039.05.50000014
Subelemento de despesa: 01 - Termo de Colaboração
Aplicação: 51000014
Fonte: 5 RECURSO FEDERAL
Dotação Orçamentária: 766 07.01.08.244.0014.2.089.335039.02.5000102
Subelemento de despesa: 01 - Termo de Colaboração
Aplicação: 5000102
Fonte: 2 RECURSO ESTADUAL
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – PESSOA SITUAÇÃO DE RUA (MASCULINO)
Dotação Orçamentária: 382 07.01.08.244.0014.2.082.335039.01.5100000
Subelemento de despesa: 01 - Termo de Colaboração
Aplicação: 5100000
Fonte: 1 TESOIRO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA***(Berço da Amizade)***“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”**

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br**PLANO DE TRABALHO 20-----**

1.1 - Entidade Proponente			
Órgão / Entidade		CNPJ	
Endereço			
Cidade	UF	CEP	Telefone:
E-mail Institucional			
1.2 - Representante Legal da Proponente			
Nome do Representante Legal			Cargo
RG/CI	Órgão Expedidor	CPF	
Nascimento	Mandato data início/final:		
Endereço Residencial (rua, bairro, nº, etc.)			
Cidade	UF	CEP	
E-mail Pessoal			Telefone
1.3 – Dados Financeiros			
Dados Bancários			
Agencia			
Conta Corrente/Poupança			
Responsável			
1.4 - Conselhos Inscritos			
CMAS () CMDCA () CMDI () CDMAN () COMPEDE ()			
Outros -			

1.5 - Membros da diretoria e Conselho Fiscal	
Período de Mandato	XXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

Nome	CPF	RG	Órgão emissor/UF	Cargo
				Presidente
				Vice-Presidente
				1º Secretária
				2ª Secretária
				1º Diretor Financeiro
				2º Diretor Financeiro
				Diretor de Patrimônio
				Diretora Social
				Conselheiro Fiscal
				Conselheiro Fiscal
				Conselheiro Fiscal
				Conselheiro Fiscal
				Conselheiro Fiscal
				Conselheiro Fiscal

3- FINALIDADES ESTATUTÁRIAS DA ORGANIZAÇÃO

4- DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 – Serviço conforme Tipificação

4.1.1 – Capacidades de Atendimento, público Alvo, fonte do recurso

4.1.2 – Justificativa

4.1.3 – Diagnóstico da Realidade

4.1.4 – Objetivo Geral

4.1.5 – Objetivos Específicos

4.1.6 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nº	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Nº DE ATENDIDOS	DIVISÃO POR GRUPO	CRONOGRAMA	
					DURAÇÃO	PERIODICIDADE
1						



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						

4.1.7 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Meta(s)	Indicadores Qualitativos	Indicadores Quantitativos	Meios de Verificação

4.1.8 RECURSOS HUMANOS

Nº	FUNÇÃO	VÍNCULO	CARGA HORÁRIA (Semanal)	SALÁRIO BASE	ATIVIDADE DESENVOLVIDA
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

6. PLANO DE APLICAÇÃO

7. CRONOGRAMA DA DESEMBOLSO

8. MEMORIA DE CALCULO

7. RECURSOS DE CONTRAPARTIDA

- Estimativa de eventos
- Contendo de valores
- Gastos conforme plano de trabalho

Presidente

Resp. Técnica-Assistência Social



ANEXO II – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO

1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

1.1. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores.

1.2. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

1.3. Comprovante de endereço atualizado;

2. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

2.2. Prova de inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.3. Prova de regularidade (CND ou CPEN) junto à **FAZENDA FEDERAL**, em conjunto com os encargos sociais (INSS) dentro do prazo de validade.

2.4. Prova de Regularidade (CND ou CPEN) para com a **FAZENDA ESTADUAL**, **débitos inscritos em dívida ativa estadual**, relativa à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados; e,

2.5. Prova de regularidade (CND ou CPEN) para com a **FAZENDA MUNICIPAL**, relativos a Tributos Mobiliários, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede do licitante.

2.6. Prova de situação regular da empresa licitante perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**CRF do FGTS**).

2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.



3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a abertura do certame.

4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

4.1. Inscrição Ativa nos Conselhos: Comprovação obrigatória de Inscrição ativa nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e demais conselho pertinentes ao serviço pleiteado.

4.2. Comprovação de Experiência Prévia: A OSC deve possuir experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, sendo aceitos para essa finalidade, um dos seguintes documentos:

4.3. Instrumento de parceria e relatório de cumprimento do objeto para a execução do serviço socioassistencial pleiteado ou serviço de natureza semelhante, anteriormente firmado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

4.4. Instrumento de parceria e relatório de cumprimento do objeto firmado com outros órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras Organizações da Sociedade Civil.

4.5. Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS: Conforme Resolução CNAS Nº 21, de 24 de novembro de 2016. Emitido em <https://aplicacoes.mds.gov.br/cneas/publico/xhtml/consultapublica/pesquisar.jsf>

5. **PLANO DE TRABALHO (Anexo I)**

Proposta de Plano de Trabalho: Apresentação da Proposta de Plano de Trabalho detalhada, que atenda aos requisitos do Termo de Referência e deve incluir:

- As metas, os indicadores de desempenho e o cronograma de execução.
- A memória de cálculo do custo.
- A comprovação da disponibilidade das instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados para a execução do(s) serviço(s) pleiteado(s), em conformidade com as normas da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n. 109/2009) e passíveis de vistoria *in loco*.

**6. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO TÉCNICA**

Critério de Avaliação	Documento de Referência	Pontuação Máxima
I. Experiência Prévia Específica	Qualificação Técnica (item D): Comprovação de execução de objeto idêntico ao pleiteado no SUAS ou similar, nos últimos 5 anos.	40 pontos
II. Qualidade e Detalhamento do Plano de Trabalho	Plano de Trabalho (item E): Clareza, coerência e detalhamento das metas, indicadores de desempenho, recursos humanos (equipe técnica multidisciplinar) e descrição das atividades.	30 pontos
III. Capacidade Operacional e Estrutural Adicional	Qualificação Técnica (item D) e Plano de Trabalho (item E): Comprovação de estrutura física, equipamentos e recursos humanos que superem o mínimo exigido na Tipificação Nacional (Resolução CNAS n. 109/2009) e no item 4 do TR.	30 pontos
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		100 pontos

3. Detalhamento da Pontuação por Critério**d) Experiência Prévia Específica (Máximo 40 pontos):**

- 20 pontos por Instrumento de Parceria (Termo de Fomento/Colaboração/Contrato) anterior idêntico e concluído com êxito (com relatório de cumprimento de objeto aprovado) junto a órgãos da Administração Pública de qualquer esfera ou organismos internacionais. Limite de 2 instrumentos (máximo 40 pontos).
- Não serão aceitos instrumentos com objeto apenas "semelhante" para esta pontuação, pois estes já são o requisito mínimo de habilitação.
- Critério de Desempate: Na hipótese de empate na pontuação, será priorizada a OSC com o maior número de vagas atendidas no serviço pleiteado ou similar nos últimos 5 anos.

e) Qualidade e Detalhamento do Plano de Trabalho (Máximo 30 pontos):

- 0-10 pontos: Para a coerência e clareza das Metas e Indicadores (Qualitativos e Quantitativos), conforme o Item 4.1.7 do Anexo I.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

- 0-10 pontos: Para a adequação da Equipe Técnica (Qualificação e Carga Horária) e detalhamento das funções por serviço, conforme o Item 4.1.8 do Anexo I.
 - 0-10 pontos: Para o detalhamento e a pertinência das Atividades Desenvolvidas (Metodologia de intervenção) em relação ao público-alvo e aos objetivos específicos (Item 4.1.6 do Anexo I).
- f) Capacidade Operacional e Estrutural Adicional (Máximo 30 pontos):
- 0-30 pontos: Para a comprovação de itens de infraestrutura (salas, equipamentos) e/ou de recursos humanos que claramente ultrapassem o exigido no Termo de Referência e que sejam considerados um diferencial para a melhoria do serviço.

Prazo para análise da Comissão: 10 dias corridos.



ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2025 CREDENCIAMENTO Nº 000/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços, de um lado o **MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 45.735.552/0001-86, com sede administrativa à Av. 15 de Novembro, nº 1400, Palmeiras, em Artur Nogueira, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu **PREFEITO sr. LUCAS SIA RISSATO**, brasileiro, solteiro, daqui por diante denominado simplesmente como **CONTRATANTE** e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CPF/CNPJ nº **XXXXXXXXXXXX**, com sede **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXX**, daqui por diante denominada simplesmente como **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª. XXXXXXXXXXXXXXX (CONFORME TR)

§ 1º. Os termos, descrição dos serviços, quantidades e valores deste contrato estão estritamente vinculados à proposta ofertada e ao Termo de Referência que fazem parte integrante deste documento.

§ 2º. A prestação de serviços acima mencionada, de interesse do Município de Artur Nogueira, deverá ser feita por profissionais amplamente capacitados para tanto, ficando sob responsabilidade da **CONTRATADA** todas e quaisquer despesas e obrigações decorrentes da prestação dos serviços, sejam remunerações, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou tributárias ou outras, enfim, todo e qualquer encargo decorrente do compromisso objeto do presente contrato, excluída assim, expressamente, toda e qualquer responsabilidade da **CONTRATANTE** pela execução dos serviços contratados.

§ 3º. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina com a eficácia e qualidade requeridas.

CLÁUSULA 2ª. DA VIGÊNCIA. O prazo de vigência do presente contrato é de (**CONFORME TR**) a contar da data de assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei 14.133/21.

Parágrafo único. Caso as partes tenham interesse na prorrogação do Contrato, deverão manifestar-se, por escrito, com **05 (cinco) dias úteis de antecedência** do final do prazo de vigência.

CLÁUSULA 3ª. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. A **CONTRATADA** obriga-se a prestar os serviços objeto deste contrato conforme a emissão da ordem de serviços pelo setor competente.

§ 1º. A Ordem de Serviços será enviada à **CONTRATADA** por meio eletrônico.



§ 2º. A **CONTRATADA** ficará responsável por todo o material necessário para a execução do objeto.

§ 3º. A garantia do objeto deste **CONTRATO** será de responsabilidade da **CONTRATADA**, compreendendo qualquer defeito na prestação de serviço, conforme descrito neste instrumento e na proposta veiculada.

§ 4º. O responsável direto por todos os pedidos que forem feitos será o Setor Requisitante da **CONTRATANTE**, cabendo a este órgão fiscalizar, verificar, atestar, conferir as Notas Fiscais e encaminhá-las para pagamento.

§ 5º. O serviço deverá obedecer às especificações e prazos constantes na Ordem de Serviços e Termo de Referência.

§ 6º. Durante esse período, a **CONTRATADA** deverá atender aos prazos e exigências previstos neste instrumento e no Termo de Referência, devendo refazer, no prazo estipulado pelo gestor do contrato, os serviços que estiverem fora das especificações.

§ 7º. A **CONTRATANTE** se reserva ao direito de não aceitar os serviços fora das especificações constantes na ordem de serviços e no Termo de Referência.

§ 8º. O serviço não aceito deverá ser refeito prontamente, sob pena de aplicação de multas de inadimplemento previstas neste instrumento.

CLÁUSULA 4ª. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. O valor total deste contrato será de **R\$ XXXXXXXXXX**. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de, preferencialmente, **BOLETO BANCARIO** emitido pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor responsável pelo recebimento.

§ 1º. Para pagamento da fatura/nota fiscal será necessária a efetiva comprovação da prestação do(s) serviço(s) devidamente assinado(s) pelo servidor responsável pela conferência, com sua devida qualificação e identificação. A falta de tais comprovações ensejará a retenção do pagamento.

§ 2º. Nos preços acordados estão inclusas todas as despesas diretas, incluindo e indiretas, impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, despesas com mão de obra, hospedagem, alimentação, transporte e outras incidentes decorrentes deste contrato.

§ 3º. **DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS.** Nas Notas Fiscais deverá constar o número de Contrato, Autorização de Fornecimento e Empenho. **A falta de tais informações acarretará na devolução da Nota Fiscal.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

§ 4º. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento expresso no *caput* desta cláusula fluirá a partir da data de sua reapresentação.

§ 5º. A devolução da Nota Fiscal não aprovada não justificará a não prestação dos serviços.

§ 6º. A emissão da Nota Fiscal deve ser individualizada, delimitando o Setor requisitante do objeto.

§ 7º. A **CONTRATADA** deverá manter, durante e vigência do presente Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação, apresentando, juntamente com a(s) Nota(s) Fiscal(is) as provas de regularidade de situação perante o INSS, FGTS (guias de recolhimento) e Justiça do Trabalho.

§ 8º. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

§ 9º. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, ou financeira municipal que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§ 10. Não haverá, em nenhuma hipótese, pagamento antecipado.

§ 11. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

§ 12. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA 5ª. DA REVISÃO DE PREÇO. O preço contratado é fixo e irrevogável.

Parágrafo único. Eventual revisão dos valores hora/aula serão feitos por meio de legislação específica, após estudo de impacto orçamentário.

CLÁUSULA 6ª. DO ADITAMENTO. Fica expressamente prevista neste contrato, a possibilidade de acréscimo ou redução de quantidades dos serviços conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, respeitando o limite de 25% (vinte e cinco por cento) fixado pelo artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.



§ 1º. O pedido de aditamento contratual deverá ser instruído com os seguintes documentos: justificativa do aditamento e memória de cálculo para os serviços a serem aditados.

§ 2º. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 7ª. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. Para pagamento da despesa decorrente deste contrato serão oneradas as seguintes dotações orçamentárias: **XXXXXXXXX (ENSERIR)**

CLÁUSULA 8ª. O presente contrato de prestação de serviços terá como gestores e fiscais os servidores que assinam a presente e formalizados através do(s) Documento(s) de Formalização de Demanda.

§ 1º. Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a) Fiscalizar e atestar as execuções de serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato.
- b) Comunicar eventuais falhas na execução do Contrato, cabendo à **CONTRATADA** adotar as providências necessárias.
- c) Garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com a execução do Contrato.
- d) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do Contrato, em especial quando da aplicação de sanções e alterações do instrumento contratual.

§ 2º. O objeto deste contrato deverá ser executado e recebido em conformidade com as especificações constantes da proposta ofertada, termo de referência e de sua ordem de serviços, correndo por conta da **CONTRATADA** as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

§ 3º. O **CONTRATANTE** exercerá a fiscalização do serviço contratado por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

§ 4º. A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do **CONTRATANTE**.

§ 5º. A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato.



CLÁUSULA 9ª. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA. Na execução do presente Contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados pelo Termo de Referência e, ainda, a:

I – Cumprir fielmente com os prazos, horários e determinações e especificações constantes do Termo de Referência, deste contrato e das ordens de serviço.

II – Responder pela qualidade e pontualidade da prestação de serviços.

III – Refazer, às suas expensas, o objeto deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções (**CONFORME TR**) após a notificação por escrito.

IV – Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outros que forem devidos em razão do contrato.

V – Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

VI – Dar ciência imediata e por escrito ao **CONTRATANTE** de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

VII – Prestar ao **CONTRATANTE**, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços.

VIII – Respeitar o sistema de segurança do **CONTRATANTE** e fornecer todas as informações solicitadas por ele.

IX – Acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.

X – Manter, durante a vigência do contrato, todas as qualificações exigidas no ato da contratação, apresentando, juntamente com a(s) Nota(s) Fiscal(is) as provas de regularidade perante o INSS, FGTS e Justiça do Trabalho.

XI – Obedecer às normas e rotinas do **CONTRATANTE**, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

XII – Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

§ 1º. Caso a **CONTRATADA** não possa cumprir com seu compromisso, deverá notificar ao **CONTRATANTE** com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para o início da prestação de serviço.

§ 2º. O pedido de prorrogação de prazo para a prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO** somente será apreciado se efetuado com antecedência mínima de 10 (dez) dias à data marcada para o início daqueles.



§ 3º. Caso o prazo expresso no parágrafo anterior não seja respeitado pela **CONTRATADA** e deste resultar prejuízos à **CONTRATANTE**, aquela responderá nos moldes do inciso V do *caput* desta Cláusula.

§ 4º. A **CONTRATADA** não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

§ 5º. Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a **CONTRATADA** se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 6º. O descumprimento das obrigações previstas nos §§ 4º e 5º desta Cláusula poderá submeter a **CONTRATADA** à rescisão unilateral do contrato, a critério da **CONTRATANTE**, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.



§ 7º. O objeto prestado em desacordo com o contrato será penalizado, conforme disposto na Cláusula 13 deste instrumento.

CLÁUSULA 10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE. O CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, compromete-se, além do disposto no Termo de Referência, a:

I – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações deste Instrumento.

II – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, conforme o contrato e seus anexos.

III – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Contrato.

IV – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

V – Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

VI – Expedir Autorização de Fornecimento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data de início da execução dos serviços.

VII – Indicar, formalmente, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.

VIII – Comunicar, por escrito, o descumprimento das obrigações à **CONTRATADA** para que as falhas possam ser corrigidas a tempo.

IX – Encaminhar a liberação de pagamento, no prazo pactuado, à **CONTRATADA**, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, comunicando à empresa, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança.

X – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, especialmente quanto à aplicação de sanções e alterações do instrumento.

XI – Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste contrato.

XII – Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da **CONTRATADA**, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

Parágrafo único. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 11. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. A **CONTRATADA** não poderá, sem a anuência expressa do **CONTRATANTE** e o atendimento ao disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/21, subcontratar, ceder ou transferir o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA 12. DAS FALHAS. Se o Município constatar, no ato do fornecimento, ou posteriormente, falhas no objeto, a **CONTRATADA** será imediatamente notificada e obrigada a reparar, às suas expensas, as incorreções, além de reparar os prejuízos sofridos em virtude da má prestação de serviços.



CLÁUSULA 13. DAS PENALIDADES. Comete infração administrativa, nos termos dos incisos do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, a **CONTRATADA** que:

- I – Der causa à inexecução total do contrato;
- II – Der causa à inexecução parcial do contrato;
- III – Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à **CONTRATANTE** e/ou ao funcionamento dos serviços dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- IV – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V – Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI – Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 1º. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas, as sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21, a saber:

I – Advertência por escrito, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial ou total do contrato (incisos I e II do *caput* desta Cláusula), sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave.

II – A inexecução total ou parcial do objeto contratado sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes sanções:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida para os casos dos incisos I e III do *caput* desta Cláusula.

b) pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do instrumento, por dia de atraso no fornecimento, para os casos dos incisos I a IV do *caput* desta Cláusula.

d) aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade prevista na Legislação Vigente (Lei Federal nº 14.133/21, art. 156, inciso III), quando praticadas as condutas descritas nos incisos I, III e IV do *caput* desta Cláusula sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

e) rescisão do contrato.

f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do inciso IV, do art. 156, da Lei nº 14.133/21, quando as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do *caput* desta Cláusula, bem como nos incisos I, III e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

III – Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, a licitante poderá sofrer, cumulativamente, além de declaração de sua inidoneidade, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas na suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores neste Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

perante esta Municipalidade. Se o processo licitatório ainda estiver em fase de julgamento, a empresa será desclassificada.

§ 2º. A desistência da proposta, lance ou oferta e a recusa em assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejará a cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

§ 3º. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 4º. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem ao **CONTRATANTE**.

§ 5º. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21 e neste contrato que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.486/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definida na referida legislação.

§ 6º. Sobre as multas expressas nos subitens “a” e “c” do inciso II, do § 1º desta cláusula, será aplicada correção monetária *pro rata die* contada a partir do primeiro dia útil da constatação da mora, sendo os índices de correção os constantes da Tabela de Correção Monetária instituída pela Lei Federal nº 11.960/09, disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

§ 7º. Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, o Município reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a **CONTRATADA** tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

§ 8º. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a prestação de serviços e/ou indevidamente fundamentados, sendo que a aceitação da justificativa ficará a critério da **CONTRATANTE**.

§ 9º. A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.



§ 10. A não ocorrência de refazimento imediato ou dentro do prazo 24 (vinte e quatro) horas contadas da constatação dos vícios/defeitos dos serviços, ensejará a aplicação da multa prevista no subitem ‘a’ do inciso II, do § 1º desta Cláusula, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte da constatação da irregularidade.

§ 11. O pedido de prorrogação de prazo para o início da prestação dos serviços objeto deste contrato somente será apreciado se efetuado em até 10 (dez) dias antes de seu início, podendo esta prorrogação ser deferida, ou não, pela **CONTRATANTE**.

§ 12. As multas referidas neste Instrumento não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis nº 14.133/21.

§ 13. As multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente e não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

§ 14. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua intimação.

§ 15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do INPC/IBGE, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento, ou cobrada judicialmente.

§ 16. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§ 17. A aplicação de quaisquer sanções previstas neste item, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

§ 18. A aplicação das penalidades não impede o **CONTRATANTE** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados, bem como das despesas advindas da nova contratação, ou outras quaisquer decorrentes das faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

§ 19. As hipóteses de penalização descritas neste subitem não são exaustivas, podendo ser complementadas pelas hipóteses expressas no contrato de prestação de serviços, edital, termo de referência e demais documentos aos quais a **CONTRATADA** se obrigou no curso do contrato.

§ 20. As práticas de atos que atentem contra o patrimônio público municipal, nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei



Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas em contrato e na legislação de regência.

§ 21. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§ 22. A sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, sendo facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação, sendo que da decisão final decorrerá imediata comunicação ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 23. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar são passíveis de reabilitação na forma da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14. DA RESCISÃO CONTRATUAL. O Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer indenização, nas seguintes situações:

I – Pelo Município de Artur Nogueira ora **CONTRATANTE**:

- a) Quando a **CONTRATADA** não cumprir com as obrigações constantes deste Contrato.
- b) Quando a **CONTRATADA** der causa à rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a IX do art. 137 da Lei 14.133/21.
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte da **CONTRATADA**.
- d) Quando houver a interrupção do fornecimento por exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, sem justificativa apresentada e aceita pelo **CONTRATANTE**.
- e) Quando a **CONTRATADA** cometer reiteradas faltas ou falhas na prestação de serviços.
- f) Quando a **CONTRATADA** sofrer decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial ou insolvência civil.
- g) Quando a **CONTRATADA** transferir, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem a anuência expressa do **CONTRATANTE**.
- h) Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a **CONTRATADA** se recuse a adequá-los.
- i) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Município.

II – Pela **CONTRATADA**:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste Contrato.
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no § 2º, do art. 137, da Lei Federal 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

§ 1º. O cumprimento dos serviços estipulados em contrato, dentro do prazo constante no instrumento, com a devida aceitação do **CONTRATANTE**, encerra o vínculo obrigacional entre as partes.

§ 2º. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar em mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 3º. A rescisão, baseada nos incisos e alíneas do *caput* desta cláusula, será precedida de notificação à parte, com antecedência mínima de **10 (dez) dias** da data a ser fixada para o fim do contrato.

§ 4º. No caso de rescisão por decurso de prazo de vigência do contrato, está se operará independentemente de notificação prévia.

§ 5º. Se o Contrato for rescindido sob a incidência de qualquer das hipóteses expressas no inciso I desta Cláusula, exceto à expressa na alínea “i”, ficará a **CONTRATADA**, independentemente de qualquer indenização, obrigada ao pagamento da multa expressa no item II, alínea “a”, do § 1º da Cláusula 13.

§ 6º. O contrato será rescindido automaticamente, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução.

§ 7º. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 137, no modo previsto pelo artigo 138, com as consequências estabelecidas no artigo 139, todos da Lei Federal nº 14.133/21.

§ 8º. No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à empresa **CONTRATADA** as sanções previstas no artigo 156 e segs. da Lei Federal nº 14.133/21 (suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública por até 06 (seis) anos), independentemente da aplicação da multa contratual.

§ 9º. As hipóteses de rescisão não estão restritas às expressas nos incisos do *caput* desta cláusula, podendo ser passíveis de rescisão o descumprimento de quaisquer itens do edital e dos demais documentos que instruem este contrato ou infração aos princípios basilares dos processos licitatórios.

§ 10. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **CONTRATADA**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, por duas vezes consecutivas, no intervalo de 15 (quinze) dias, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do primeiro dia útil seguinte à data da última publicação.



§ 11. O CONTRATADO declara-se ciente sobre os motivos que ensejam a rescisão contratual e suas consequências, de acordo com o elencado no artigo 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, com alterações subsequentes, aplicando-se, no todo ou em parte, o que couber no presente contrato.

CLÁUSULA 15. DOS CASOS OMISSOS. Aplicar-se-á a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) bem como, de forma supletiva, os princípios gerais de Direito, para os casos eventualmente omissos neste instrumento contratual.

CLÁUSULA 16. DA RESPONSABILIDADE PELOS ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS. A CONTRATADA obriga-se a observar quanto ao pessoal empregado nos serviços, objeto do presente contrato, a legislação pertinente, notadamente as obrigações das Legislações Trabalhista e Previdenciária que lhe tocam por inteiro, e pelas quais responderá.

CLÁUSULA 17. DO TRATAMENTO DE DADOS ELETRÔNICOS. A CONTRATADA AUTORIZA À CONTRATANTE a efetuar, quando necessário e com fins exclusivos de manutenção e administração do vínculo contratual e para demais ações de interesse público vinculadas à avença (Lei nº 13.709, de 14/08/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), art. 7º, incisos I e III, c/c art. 8º e 23), o tratamento de seus dados eletrônicos, sendo vedado seu uso para ações alheias ao contrato.

Parágrafo único. Essa autorização cessa com o fim do contrato (Lei nº 13.709/2018, art. 15, inciso I), independentemente da forma de sua rescisão.

CLÁUSULA 18. DO FORO. Fica eleito o Foro e Comarca de Artur Nogueira/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

Estando as partes, assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, para todos os efeitos legais.

Artur Nogueira - SP, XX de XXXX de 2025.

**LUCAS SIA RISSATO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

**XXXXXXXXXXXX
Gestor do Contrato**

**XXXXXXXXXXXX
Fiscal do Contrato**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

**ANEXO IV
TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS E ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA.

CONTRATADA:

CONTRATO Nº:

MODALIDADE:

OBJETO: XXXXXXXXXXXX

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Artur Nogueira, xx de agosto de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA / RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO OU RATIFICAÇÃO QUE ASSINOU O AJUSTE:

Nome: **LUCAS SIA RISSATO**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

GESTORES DO CONTRATO/ATA RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE / ORDENADORES DE DESPESAS PELO CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

“PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN”

Av. XV de Novembro, 1400 – Jd. Planalto

Artur Nogueira - SP - CEP 13165-025

CNPJ: 45.735.552/0001-86 Fone: (19) 3827-9705

E-mail: compras@arturnogueira.sp.gov.br Site: www.arturnogueira.sp.gov.br

FISCAIS DO CONTRATO/ATA PELA CONTRATANTE QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome:

CPF:

Cargo:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO PROCESSO LICITATÓRIO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (Inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021.)